

# relatório **ICJBrasil**

2º TRIMESTRE / 2011

**10**

 FUNDAÇÃO  
GETÚLIO VARGAS



**DIREITOGV**  
ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO



# relatório **ICJ**Brasil

2º TRIMESTRE / 2011

1ª ONDA - ANO 3

## SUMÁRIO

Apresentação	03
O ICJBrasil	03
Aspectos Conceituais e Metodológicos	05
Características Gerais da Pesquisa	06
Amostra	06
Determinação do Desenho e Seleção da Amostra	06
Coleta de Dados	08
Regra de Desidentificação dos Informantes	08
Forma de Cálculo do ICJBrasil	08
ICJBrasil 2º Trimestre/2011	11
Confiança nas Instituições	15
Confiança interpessoal	16
Utilização do Poder Judiciário	17
Judiciário e Resolução de Conflitos	18
PROCON	19
Percepção sobre a Justiça Criminal	20
STF e a decisão sobre a lei da ficha limpa	23
Gráficos	25
Notas	40
Equipe	41

Envie seus comentários para: [luciana.cunha@fgv.br](mailto:luciana.cunha@fgv.br)



## APRESENTAÇÃO

Uma questão que afeta profundamente o desenvolvimento econômico e social de um país é a capacidade do Judiciário de se apresentar como uma instância legítima na solução de conflitos que surgem no ambiente social, empresarial e econômico. Uma das formas de se medir essa legitimidade é através das motivações que levam os cidadãos a utilizar (ou não) o Judiciário e a confiar (ou não) nele, em termos de eficiência (celeridade), capacidade de resposta (competência), imparcialidade, honestidade e acesso (facilidade de uso e custos).

No caso brasileiro, a crise no sistema de Justiça não é um fenômeno recente. As pesquisas mostram que, ao menos quanto à eficiência do Judiciário, no que diz respeito ao tempo e à burocratização de seus serviços, a sua legitimidade vem sendo questionada desde o início da década de 1980. De lá para cá, e com maior intensidade a partir de 2000, alguns trabalhos levantaram dados sobre as atividades do Judiciário, como o número de processos novos e em andamento a cada ano. Com a reforma do Judiciário aprovada em dezembro de 2004<sup>[1]</sup> e a criação do Conselho Nacional de Justiça em 2005, tivemos alguns avanços na produção e publicação de dados sobre o Judiciário brasileiro, nas suas mais diversas organizações e instâncias. Exemplo disso é o relatório *Justiça em Números*, publicado anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça e disponibilizado em sua página na internet<sup>[2]</sup>.

Apesar desses avanços, nenhuma dessas informações disponibilizadas mostram dados objetivos sobre a forma pela qual o Judiciário brasileiro aparece como uma instituição confiável em termos de eficiência, imparcialidade e honestidade. Essas informações também não são capazes de indicar as motivações do cidadão na utilização do Judiciário como forma de solução de conflitos.

Partindo da premissa de que essas informações representam uma das formas de indicar a legitimidade do Judiciário e de que essa última afeta de forma definitiva o desenvolvimento do país, o objetivo deste projeto é, através da criação e aplicação do Índice de Confiança na Justiça no Brasil – *ICJBrasil*, retratar sistematicamente a confiança da população no Poder Judiciário.

## O ICJBRASIL

Retratar a confiança do cidadão em uma instituição significa identificar se o cidadão acredita que essa instituição cumpre a sua função com qualidade, se faz

isso de forma em que benefícios de sua atuação sejam maiores que os seus custos e se essa instituição é levada em conta no dia-a-dia do cidadão comum.

Nesse sentido, o *ICJBrasil* é composto por dois subíndices: (i) um subíndice de percepção, pelo qual é medida a opinião da população sobre a Justiça e a forma como ela presta o serviço público; e (ii) um subíndice de comportamento, por meio do qual procuramos identificar a atitude da população, se ela recorre ao Judiciário para solucionar determinados conflitos ou não.

O subíndice de percepção é produzido a partir de um conjunto de oito perguntas nas quais o entrevistado deve emitir sua opinião sobre o Judiciário no que diz respeito (i) à confiança, (ii) à rapidez na solução dos conflitos, (iii) aos custos do acesso, (iv) à facilidade no acesso, (v) à independência política, (vi) à honestidade, (vii) à capacidade para solucionar os conflitos levados a sua apreciação, e (viii) ao panorama dos últimos 5 anos.

Para a produção do subíndice de comportamento, foram construídas seis situações diferentes e pede-se ao entrevistado que diga, diante de cada uma delas, qual a chance de procurar o Judiciário para solucionar o conflito. As respostas possíveis para essas perguntas são: (i) não; (ii) dificilmente; (iii) possivelmente; (iv) sim, com certeza.

As situações hipotéticas foram construídas com o objetivo de procurar relacionar conflitos nos quais a população dos centros urbanos pode se envolver e que podem suscitar processos na Justiça Comum, deixando de fora as questões relativas à área penal, quando as pessoas envolvidas nem sempre têm liberdade de decidir se procuram ou não o Judiciário. Assim foram elaborados casos envolvendo: direito do consumidor, direito de família, direito de vizinhança, direito do trabalho, um caso envolvendo o Poder Público e um caso relativo à prestação de serviço. Também houve um esforço para criar situações nas quais pessoas com rendas diferentes pudessem se envolver e situações em que os entrevistados ocupassem posições diferentes nos diversos conflitos. Assim, por exemplo, em uma das situações o entrevistado é o consumidor, sendo a parte mais fraca no conflito e em outra situação o entrevistado é o contratante na relação de prestação de serviço, sendo a parte mais forte.

Com o objetivo de produzir uma medida de acesso à Justiça os resultados apresentados no cálculo do *ICJBrasil* são acompanhados por questões sobre a efetiva utilização do Poder Judiciário pela população. Essa medida de acesso foi levantada da seguinte forma: primeiro perguntamos se o entrevistado ou alguém que resida em seu domicílio já utilizaram o Poder Judiciário como autores de uma ação. Aos que

responderam positivamente, perguntamos o motivo que os levaram ao Judiciário e o grau de satisfação com o serviço recebido. Indagamos também sobre o eventual contato do entrevistado com o Poder Judiciário como réu em algum processo ou ação.

Depois listamos três situações comuns de conflito<sup>[3]</sup> que podem levar a população a procurar o Judiciário e com base nestas situações perguntamos: 1) se o entrevistado já passou por uma situação similar às listadas e 2) tendo passado por essa situação, se procurou ou não o Poder Judiciário. Aos que vivenciaram a situação e não buscaram o Poder Judiciário, perguntamos quais as razões que justificaram a não ida ao Judiciário.

Os entrevistados também foram questionados sobre a possibilidade de utilização de meios alternativos de resolução de conflitos, bem como sobre o seu conhecimento a respeito dos serviços do PROCON e de qual é o seu grau de satisfação em relação a eles.

No segundo trimestre de 2011, com o intuito de identificar a confiança interpessoal da população brasileira, os entrevistados foram questionados sobre a confiança que depositam em determinados grupos de pessoas, como amigos, vizinhos, familiares, colegas de trabalho e as pessoas em geral. Ainda no sentido de conhecer mais sobre o perfil da população brasileira, perguntamos aos entrevistados se eles se consideram pertencentes a uma religião e, em caso positivo, qual seria ela.

No que diz respeito à atuação do Judiciário, os entrevistados também foram perguntados sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal no caso da lei da ficha limpa. Por fim, perguntamos qual a percepção dos entrevistados sobre a atuação dos juízes e tribunais na área criminal, no que diz respeito à aplicação e severidade das penas, à imparcialidade e à sensação de impunidade.

## **ASPECTOS CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS**

As pesquisas de percepção podem ser realizadas por meio de sondagens de tendência. As sondagens de tendência são levantamentos estatísticos que geram informações utilizadas no monitoramento da situação corrente e na antecipação de eventos futuros. Um dos principais atributos deste tipo de pesquisa é a rapidez com que os dados são pesquisados, processados e divulgados. A combinação de qualidades como tempestividade e capacidade de antecipação fizeram com que as sondagens de tendência setorial, a partir da década de 1990, passassem a compor o sistema de estatísticas básicas requeridas pela Comunidade Europeia aos países-membros.

Na linha das sondagens de tendência, o *ICJBrasilé* um levantamento estatístico trimestral de natureza qualitativa, realizado nas regiões metropolitanas e no interior de seis Estados do país e do Distrito Federal com base em amostra representativa da população.

## **CARACTERÍSTICAS GERAIS DA PESQUISA**

A pesquisa abrange dois tipos de quesitos:

**Natureza qualitativa:** relativo à avaliação do Judiciário como instituição.

**Dados básicos:** relativos às informações pessoais do entrevistado (idade, renda familiar, gênero, escolaridade, profissão/ocupação, nº de pessoas residentes no domicílio), coletadas para fins de análise desagregada dos resultados.

## **AMOSTRA**

A população alvo da pesquisa é composta pela população de grandes capitais brasileiras, suas regiões metropolitanas e o interior dos Estados.

A amostra é distribuída pelos Estados de Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, e pelo Distrito Federal, que juntos representam aproximadamente 60% da população brasileira, segundo dados do Censo de 2000 do IBGE.

O tamanho da amostra foi determinado pelo número de habitantes em cada Estado e no Distrito Federal. O informante é um indivíduo que representa o domicílio sorteado, de qualquer gênero (masculino ou feminino) e que possua 18 anos de idade ou mais.

O desenho da amostra foi calculado de modo a ter intervalo de confiança de 95% e erro amostral absoluto de 2,5%, configurando o tamanho de 1.550 informantes para representação do Brasil.

## **DETERMINAÇÃO DO DESENHO E SELEÇÃO DA AMOSTRA**

O tipo de amostra a ser utilizado em uma pesquisa depende, fundamentalmente, do conhecimento *a priori* que se tem da população alvo. Quanto mais detalhado for este conhecimento, mais fácil e preciso se torna o trabalho de selecionar uma



amostra efetivamente representativa desta população.

Na determinação de uma amostra o conceito estatístico de representatividade populacional deve ser sempre perseguido. Este conceito consiste em que a amostra contenha todos os estratos da população e na mesma proporção da população. Ou seja, as frações ou proporções dos estratos amostrais devem ser iguais às frações ou proporções dos estratos populacionais, garantindo a representatividade.

No caso do *ICJBrasil* foi utilizada a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – do IBGE), referente ao exercício de 2007, como fonte de dados na determinação da estratificação da população alvo por faixas de renda e Estados de interesse, assim como dados do último CENSO (2001).

O tamanho final da amostra foi determinado pelo perfil da população de acordo com estatísticas oficiais. O quadro 1, a seguir, mostra a distribuição de entrevistas por Estado.

Além da estratificação pelo tamanho da população, o desenho amostral leva em consideração a distribuição da população por gênero (masculino e feminino), renda domiciliar (1. Até 2SM; 2. Mais de 2SM até 4SM; 3. Mais de 4SM até 12SM; 4. Mais de 12SM), escolaridade (1. Baixa - até colegial incompleto; 2. Média - Colegial completo a universitário incompleto; 3. Alta - universitário completo ou mais), idade (1. 18 a 34 anos; 2. 35 a 59 anos; 3. 60 anos ou mais) e condição econômica (população economicamente ativa ou não).

O informante é ponderado de acordo com estas variáveis de estratificação.

#### **QUADRO 1:**

DISTRIBUIÇÃO DAS ENTREVISTAS DE ACORDO COM A PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO

<b>UF</b>	<b>POPULAÇÃO</b>	<b>AMOSTRA</b>
SÃO PAULO	37.035.456	<b>565</b>
MINAS GERAIS	17.905.134	<b>269</b>
RIO DE JANEIRO	14.392.106	<b>212</b>
BAHIA	13.085.769	<b>202</b>
RIO GRANDE DO SUL	10.187.842	<b>147</b>
PERNAMBUCO	7.929.154	<b>127</b>
DISTRITO FEDERAL	2.051.146	<b>32</b>
RM	49.844.240	<b>390</b>
INTERIOR	52.742.366	<b>1.164</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>102.586.606</b>	<b>1.554</b>

No primeiro ano da pesquisa, incluindo o primeiro trimestre de 2010, o painel de informantes foi mantido fixo, sendo substituídos trimestralmente os casos de desistência espontânea por parte do informante. A partir do segundo ano, a amostra não seguiu mais o critério de painel e sim o critério de sorteio de números telefônicos – sendo 90% dos números discados fixos e 10% móveis. Agora, no terceiro ano, voltamos ao formato de painel, entrevistando os mesmos respondentes entrevistados na primeira onda do segundo ano, tomando o cuidado para substituir trimestralmente os casos de desistência espontânea por parte do informante a partir da seleção de respondentes com o mesmo perfil de escolaridade e de idade do respondente que perdemos.

### **COLETA DE DADOS**

Na coleta de dados, as informações são obtidas através de contato telefônico durante o período de três meses. As respostas dos questionários são preenchidas em ambiente *web* pelo pesquisador da DIREITO GV e carregadas para importação em sistema próprio de cálculo e apuração dos resultados.

### **REGRA DE DESIDENTIFICAÇÃO DOS INFORMANTES**

Com o intuito de assegurar o sigilo das informações prestadas durante a realização deste tipo de pesquisa, a DIREITO GV adota regras de desidentificação dos respondentes, de modo a evitar a individualização do informante.

### **FORMA DE CÁLCULO DO ICJBRASIL**

As perguntas que formam o questionário do *ICJBrasil* têm quatro ou cinco respostas. Identifica-se cada resposta atribuindo-se a ela um indexador  $n$ , que também corresponderá a um valor atribuído àquela resposta. Assim sendo, à primeira resposta, ou seja, à resposta 0 atribui-se o valor 0. À última resposta atribui-se o valor  $máx$ , que pode ser 3 ou 4, dependendo se a questão tem quatro ou cinco respostas. Consequentemente  $n = 0, 1, 2, 3$  ou  $n = 0, 1, 2, 3, 4$ . Por exemplo, às respostas (i) nada confiável, (ii) pouco confiável, (iii) confiável, (iv) muito confiável, atribuem-se respectivamente, os valores 0, 1, 2 e 3. Essa metodologia de atribuição de valores cardinais tem a vantagem de ser simples e direta para aferir a resposta numérica das pessoas. Tem

a desvantagem de, implicitamente, assumir que a diferença entre as respostas é igual, o que pode não ser verdade, já que se trata de respostas ordinais.

A resposta  $n$  da questão  $q$  é chamada de  $n_q$ . O valor que se atribui a  $n_q$  é  $n$ , ficando claro que  $\text{valor}(n_q) = n$ . Por exemplo, a resposta 0 (ou primeira resposta) da questão  $q = 2$  é 0, ou seja,  $\text{valor}(0_2) = 0$ .

Em seguida, os valores são ponderados de acordo com a proporção de pessoas que escolheram aquela resposta. A proporção de pessoas que escolheu a resposta  $n$  da questão  $q$  é indexada pela variável  $w_{n_q}$ . Com isso, obtém-se o primeiro valor intermediário refletindo a nota média de cada questão, escalonada entre 0 e  $máx$ , cuja fórmula é a seguinte:  $média_q = \sum_{n_q=0}^{\max} n_q w_{n_q}$ , onde,  $média_q$  é a nota média obtida na questão  $q$ .

Note que a média da questão tem um valor mínimo de zero, quando  $w_{0_q} = 1$ , e um valor máximo igual a  $máx$ , quando  $w_{máx_q} = 1$ .

Como o número  $máx$  pode diferir entre as questões, é preciso torná-las comparáveis por algum processo de normalização. O processo escolhido foi escalonar a  $média_q$  entre 0 e 10. Para isso, calcula-se a nota normalizada da questão  $q$ ,  $nn_q$ , da seguinte forma:  $nn_q = \frac{média_q}{máx_q} \times 10$

Dado que a  $média_q$  fica entre 0 e  $máx_q$ , então é fácil concluir que  $nn_q$  fica entre 0 e 10.

Em seguida, calculam-se os subíndices de percepção e de comportamento, de acordo com o número de questões respondidas em cada bloco, sendo que cada uma das questões tem o mesmo peso. O subíndice de percepção,  $ICJ_p$ , é dado considerando as questões restritas à percepção,  $nn_q$ :

$$ICJ_p = \frac{\sum_{q \in p} nn_q}{9}.$$

Semelhantemente se faz para a medição do subíndice de comportamento. Para isso, calcula-se o subíndice de comportamento,  $ICJ_c$ , restringindo-se  $nn_q$  às respostas correspondentes à solução de conflitos:

$$ICJ_c = \frac{\sum_{q \in c} nn_q}{6}.$$

Finalmente, o *ICJBrasil* é obtido pela média ponderada de ambos os índices, sendo 70% para o índice de percepção e 30% para o índice de comportamento. Cada questão tem o mesmo peso individual dentro do subíndice. Portanto, o *ICJ-Brasil* é dado por:  $ICJ_{\text{Brasil}} = 0,7 \times ICJ_p + 0,3 \times ICJ_c$ .

Há, na prática, vários esquemas possíveis de ponderação, mas que alteram muito pouco os resultados qualitativos, segundo estudos preliminares. A escolha desses pesos reflete aproximadamente o número de questões de cada subíndice. Além disso, se houver necessidade, no futuro, de aumentar o número de questões, o esquema de ponderação fixo não alterará a composição do índice como um todo.

**ICJBRASIL: 2º TRIMESTRE/2011**

Os dados apresentados nesse relatório correspondem à coleta realizada no segundo trimestre de 2011, período que inaugura o terceiro ano do *ICJBrasil*.

Nos meses de abril, maio e junho de 2011, foram entrevistadas 1.554 pessoas distribuídas por seis Estados e o Distrito Federal: São Paulo (565), Minas Gerais (269), Rio de Janeiro (212), Bahia (202), Rio Grande do Sul (147), Pernambuco (127) e Distrito Federal (32).<sup>[4]</sup>

O *ICJBrasil* para o segundo trimestre de 2011 é de **5,6 pontos**. O subíndice de comportamento é de **8,6 pontos** e o subíndice de percepção é de **4,3 pontos**.

Ao comparar esses dados com os resultados do segundo ano do *ICJBrasil*, o Índice de Confiança na Justiça do segundo trimestre de 2011 é o maior já detectado pela pesquisa. O terceiro ano do *ICJBrasil*, portanto, iniciou-se de forma positiva, revelando uma maior confiança da população na Justiça em relação aos trimestres anteriores.

No que diz respeito aos Estados, os entrevistados do Distrito Federal são os que mais declararam confiar na Justiça, revelando o maior índice de confiança na Justiça (5,9). Na sequência, estão os entrevistados residentes no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro, Estados que apresentaram índice de confiança de 5,8 pontos. Em seguida aparece o Estado de Pernambuco, com índice de confiança na Justiça de 5,7. Minas Gerais apresentou índice de confiança na Justiça equivalente ao *ICJBrasil* para o período (5,6). Os Estados de São Paulo e Bahia apresentaram o menor índice de confiança na Justiça no segundo trimestre de 2011, com 5,5 e 5,4 pontos, respectivamente.

: **VER GRÁFICO 01** [pp. 25]

Comparando com o mesmo período de 2010, houve um pequeno aumento no *ICJBrasil*, que passou de 5,5 ponto no 2º trimestre de 2010 para 5,6 pontos, no segundo trimestre de 2011. Tal mudança é reflexo do aumento de 0,1 pontos verificados tanto no subíndice de percepção quanto no subíndice de comportamento, nos dois períodos.

Ao analisarmos a comparação entre os índices de confiança na Justiça por Estado, verifica-se que houve um aumento em todos os Estados pesquisados, exceto em São Paulo e na Bahia. Neste caso, a confiança da população na Justiça caiu de 5,4 para 5,3 pontos. E, diferentemente dos demais Estados, o índice de confiança dos entrevistados residentes em São Paulo, manteve-se inalterado nos períodos analisados (5,5).

Além disso, detectou-se uma diferença substancial no índice de confiança dos entrevistados do Distrito Federal. No segundo trimestre de 2010, o índice na capital federal era de 5,2, alcançando 5,8 pontos em 2011. No Rio de Janeiro também houve uma mudança significativa no valor dos índices, passando de 5,5, em 2010, para 5,8 pontos, em 2011.

: **VER GRÁFICO 02** [pp. 25]

No que diz respeito ao subíndice de percepção, também houve uma melhora na avaliação da população a maior variação entre os dois períodos diz respeito ao Distrito Federal, que era de 3,8 no segundo trimestre de 2010 e foi de 4,4 pontos no segundo trimestre de 2011.

: **VER GRÁFICO 03** [pp. 26]

Quanto ao subíndice de comportamento a variação foi maior chegando a 0,5 pontos no Distrito Federal e em Pernambuco. A comparação por Estado revela que os subíndices de comportamento aumentaram em todos os Estados, com exceção da Bahia e de São Paulo. No segundo trimestre de 2010, o subíndice da Bahia era 8,4 e caiu para 8,3 no segundo trimestre de 2011. O subíndice de comportamento de São Paulo, por sua vez, passou de 8,7 para 8,6 pontos.

Os entrevistados que se mostraram mais dispostos a resolver os seus litígios na Justiça são os do Distrito Federal, tendo apresentado um subíndice de comportamento de 9,1 no segundo trimestre de 2011. É interessante notar que o subíndice de comportamento para esse local no segundo trimestre de 2011 era de 8,6, ficando atrás apenas dos entrevistados residentes em São Paulo, cujo subíndice era de 8,7.

: **VER GRÁFICO 04** [pp. 26]

Com relação à idade, nota-se que quanto mais jovens são os entrevistados, melhor é a avaliação do Poder Judiciário, confirmando a tendência verificada no trimestre anterior. Os entrevistados mais jovens, com idade entre 18 e 34 anos, apresentaram o maior índice de confiança (5,8), enquanto os entrevistados com mais de 60 anos apresentaram o menor índice de confiança (5,4). O que produz essa diferença é a avaliação dos serviços prestados pelo Judiciário que compõe o subíndice de percepção, o qual também é maior para os mais jovens (4,5) em contraposição ao apresentado pelos entrevistados com mais de 60 anos (4,2). Também

são os entrevistados mais jovens que tendem a recorrer mais ao Judiciário para resolver os seus conflitos, se comparados aos entrevistados com mais de 60 anos, uma vez que o subíndice de comportamento dos entrevistados com idade entre 18 e 34 anos chegou a 8,7 pontos, em contraposição aos 8,2 pontos, dos entrevistados com mais de 60 anos.

: **VER GRÁFICO 05** [pp. 27]

Quanto à renda, os resultados mostram que os entrevistados com renda mais elevada (acima de R\$ 6.120,01 por mês) avaliam melhor o Judiciário, apresentando um índice de confiança de 5,7 pontos, enquanto os entrevistados da menor faixa de renda (que recebem até R\$ 1.020,00) apresentaram um índice de confiança de 5,3 pontos. Da mesma forma, o subíndice de percepção é tanto maior quanto maior for a renda dos entrevistados: os entrevistados com renda superior a doze salários mínimos apresentaram subíndice de percepção de 4,5 pontos, ao passo que os entrevistados que recebem até dois salários mínimos mensais apresentaram subíndice de percepção de 3,9. Quanto à predisposição para buscar a Justiça para solucionar os seus conflitos, por sua vez, o subíndice de comportamento manteve-se praticamente inalterado em todas as faixas de renda, variando entre 8,5 e 8,6 pontos.

: **VER GRÁFICO 06** [pp. 27]

Quanto à escolaridade, os entrevistados de escolaridade média (colegial completo até universitário incompleto) são os que avaliaram melhor o Judiciário neste segundo trimestre de 2011, apresentando o maior índice de confiança na Justiça (5,8). Do mesmo modo, foram os entrevistados com escolaridade média que apresentaram o maior subíndice de percepção (4,5). No que diz respeito ao subíndice de comportamento, os entrevistados com escolaridade alta, ou seja, aqueles com grau superior completo ou mais, tendem a buscar mais o Judiciário para solucionar os seus conflitos, revelando o maior subíndice de comportamento (8,8). Por outro lado, os entrevistados com menor escolaridade (até colegial incompleto) demonstraram ter menos disposição para levar os seus conflitos ao Judiciário, visto que apresentaram o menor subíndice de comportamento (8,4). Isso mostra que à medida que a escolaridade aumenta, maior a disposição de se levar o conflito ao Judiciário para resolvê-lo.

: **VER GRÁFICO 07** [pp. 28]

No segundo trimestre de 2011 não foi possível identificar variação no índice de confiança entre os entrevistados que já utilizaram o Judiciário e os que nunca participaram de um processo judicial, sendo que ambos apresentaram índice de 5,6 pontos. Há, porém, alguma variação nos subíndices de percepção e de comportamento. Os entrevistados que já utilizaram a Justiça, apesar de avaliarem pior o Judiciário, apresentando o menor subíndice de percepção (4,3), possuem maior disposição para ingressarem com uma ação judicial, visto que apresentaram um subíndice de comportamento maior do que aqueles que nunca participaram de um processo judicial (8,7 contra 8,5 pontos).

: **VER GRÁFICO 08** [pp. 28]

Os dados do segundo trimestre de 2011 seguem a tendência, já identificada nos trimestres anteriores, de má avaliação do Judiciário como prestador de serviços públicos. Para 89% dos entrevistados o Judiciário é moroso, resolvendo os conflitos de forma lenta ou muito lentamente. Além disso, 89% disseram que os custos para acessar o Judiciário são altos ou muito altos e 70% dos entrevistados acreditam que o Judiciário é difícil ou muito difícil para utilizar.

Outros três problemas apontados pelos entrevistados são a falta de honestidade (67% dos entrevistados consideram o Judiciário nada ou pouco honesto), a parcialidade (63% dos entrevistados acreditam que o Judiciário é nada ou pouco independente) e a falta de competência para solucionar os casos (57% da população entrevistada classificam o Judiciário como nada ou pouco competente).

Não obstante a má percepção sobre o Judiciário, nas perguntas sobre comportamento, a maioria dos entrevistados declarou que “certamente” procuraria o Judiciário para resolver eventuais conflitos. A partir do relato de seis situações hipotéticas, os entrevistados responderam se ingressariam ou não no Judiciário para resolver os litígios mencionados, caso passassem por essas situações.

Nos casos envolvendo direito do consumidor, 95% dos entrevistados disseram que se adquirissem um produto com defeito e o fornecedor não o reparasse iriam ao Judiciário para solucionar o conflito. Os casos que compreendem relações com o Poder Público aparecem em segundo lugar, com 93% dos entrevistados dizendo que iriam buscar o Judiciário para solucionar, por exemplo, danos causados a sua residência em decorrência de obras realizadas pelo Estado (como obras de saneamento, asfaltamento, etc.). Em terceiro lugar estão os litígios envolvendo direito de família, com 92% dos entrevistados afirmando que



buscariam o Judiciário para solucionar esse tipo de conflito. Os conflitos envolvendo relações de trabalho aparecem em quarto lugar, com 88%; e os litígios derivados das relações de vizinhança estão na quinta posição, com 87%.

As situações que menos levariam o brasileiro a acionar o Poder Judiciário são os casos envolvendo prestação de serviço, como a prestação de serviços médicos, por exemplo. Mas, mesmo sendo esse litígio o que menos levaria os entrevistados ao Judiciário dentre as situações perguntadas, ainda assim 85% deles declararam que buscariam solucionar esses casos na Justiça.

A comparação entre o segundo trimestre de 2010 e o segundo trimestre de 2011 revela que as situações que mais levariam os entrevistados ao Judiciário são aquelas que envolvem direito do consumidor. Em segundo lugar, aparecem os conflitos decorrentes das relações com o Poder Público. Na sequência, estão os conflitos envolvendo direito de família, e, em quarto lugar, os casos litigiosos derivados das relações de trabalho. Os dados do segundo trimestre de 2010 e do segundo trimestre de 2011 diferem apenas quanto aos tipos de conflitos posicionados em quinto e em sexto lugar. No segundo trimestre de 2010, os litígios relativos prestação de serviço ultrapassam os litígios envolvendo relações de vizinhança. No segundo trimestre de 2011, porém essa relação se inverte.

: **VER GRÁFICO 09** [pp. 29]

## **CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES**

No que diz respeito à mensuração da confiança da população nas instituições, é preciso atentar para a adoção de duas mudanças na aplicação do questionário a partir do início do terceiro ano do *ICJBrasil*. A primeira foi a inserção do Ministério Público na lista de instituições avaliadas. A segunda, a mudança de posição da pergunta sobre a confiança no Poder Judiciário. Até aqui vínhamos avaliando a percepção dos entrevistados sobre a confiança no Judiciário de forma isolada. Perguntávamos logo no início do *survey* “De forma geral, o Sr(a) acha que o Judiciário brasileiro é uma instituição muito confiável, confiável, pouco confiável ou nada confiável?”. E apenas ao final do questionário perguntávamos sobre as demais instituições. A partir do terceiro ano contextualizamos o Poder Judiciário junto às outras instituições. Sabemos, pelos estudos metodológicos de *survey*, que a alteração na ordem das questões geralmente

impacta nos resultados, mas optamos por testar essa mudança uma vez que a avaliação dos entrevistados das instituições deve ser analisada de forma comparada, ou seja, o entrevistado deve avaliar o Poder Judiciário juntamente com as demais instituições.

Na declaração espontânea sobre o quanto os entrevistados confiam no Poder Judiciário, o percentual de confiança aumentou se comparado aos dois últimos trimestres, passando de 34% para 47% a quantidade de entrevistados que responderam que o Judiciário é confiável ou muito confiável – o que pode ser explicado pela mudança na coleta dos dados.

Além da mudança na posição da pergunta, mudamos também a amostra, ou seja, grande parte dos entrevistados nesta onda já conhecia a pesquisa, tendo sido entrevistados no ano anterior, o que pode ter provocado algum efeito também na forma pela qual eles avaliam as instituições, pois podem ter passado a pensar mais sobre elas.

Comparando-se a confiabilidade no Poder Judiciário com a confiabilidade nas outras instituições, houve uma alteração muito positiva com relação ao primeiro trimestre de 2011, quando o Judiciário foi considerado uma das instituições menos confiáveis, ganhando somente dos Partidos Políticos, do Congresso Nacional e da Polícia. No segundo trimestre de 2011, por sua vez, a situação se alterou bastante, visto que o Judiciário aparece como instituição mais confiável do que os Partidos Políticos, o Congresso Nacional, a Polícia, as emissoras de TV, o Governo Federal, as grandes empresas e a imprensa escrita. Neste período que dá início ao terceiro ano do ICJBrasil, a pesquisa indica que o Judiciário aparece como a quarta instituição mais confiável, ficando atrás apenas das Forças Armadas, da Igreja Católica e do Ministério Público.

: **VER GRÁFICO 10** [pp. 29]

## **CONFIANÇA INTERPESSOAL**

Com o objetivo de identificar a confiança interpessoal da população brasileira, os entrevistados foram questionados sobre a confiança que depositam em determinados grupos de pessoas, como amigos, vizinhos, familiares, colegas de trabalho e as pessoas em geral. A maior parte dos brasileiros confia na sua família, tendo em vista que 83% dos entrevistados responderam que confiam ou confiam muito em seus familiares. Em segundo lugar, aparecem os amigos, seguidos pelos

colegas de trabalho e os vizinhos. E apenas poucas pessoas afirmaram que confiam ou confiam muito nas pessoas em geral.

: [VER GRÁFICO 11](#) [pp. 30]

## UTILIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO

Quando perguntamos aos entrevistados se já utilizaram o Poder Judiciário, 51% dos entrevistados responderam que sim.

Os dados revelam que há uma relação da utilização do Judiciário com a escolaridade, a renda e o local de residência da população. Quanto maior a escolaridade e maior a renda, maior é a utilização do Judiciário. Da mesma forma, moradores dos grandes centros urbanos utilizam mais o Judiciário se comparados aos moradores de cidades do interior.

Os entrevistados do Rio de Janeiro são os que em maior quantidade declararam já terem utilizado o Judiciário, seguidos pelos entrevistados do Rio Grande do Sul.

: [VER GRÁFICO 12](#) [pp. 30]

A maioria das ações judiciais mencionada pelos entrevistados é recente: 58% datam entre 2007 e 2010, 30% foram ajuizadas entre 2000 e 2006 e apenas 12% são anteriores a 2000.

No segundo trimestre de 2011, perguntamos aos entrevistados em qual esfera do Judiciário eles propuseram a ação. Dentre os entrevistados que disseram já ter utilizado o Judiciário, 49% responderam que ingressaram com ação na Justiça Comum; 30% afirmaram que foram à Justiça do Trabalho, enquanto 9% propuseram ação judicial nos Juizados Especiais.

: [VER GRÁFICO 13](#) [pp. 31]

Mas o que leva os brasileiros a utilizarem a Justiça? A principal motivação do uso do Judiciário pelos entrevistados está relacionada aos conflitos derivados das relações trabalhistas (demissão, indenização, pagamento de horas extra etc.), seguida de questões envolvendo direito do consumidor (cobrança indevida, cartão de crédito, produtos com defeito etc.) e direito de família (divórcio, pensão, guarda de menores, inventário etc.). Esses resultados revelam uma tendência inaugurada no trimestre anterior, segundo a qual os problemas decorrentes das relações de trabalho representam, pela primeira vez, o principal motivo que levou os

entrevistados a procurarem a Justiça. Antes do primeiro trimestre de 2011, essa posição era ocupada pelos conflitos envolvendo as relações de consumo.

: **VER GRÁFICO 14** [pp. 31]

Quanto à resposta do Judiciário, dos entrevistados que declararam já ter acessado a Justiça, 49% afirmaram que o seu problema foi resolvido em seu favor, uma vez que ganharam a ação judicial; 9% informaram que perderam a ação judicial e aproximadamente 42% dos entrevistados disseram que a ação ainda não foi julgada.

: **VER GRÁFICO 15** [pp. 32]

Ainda no que concerne ao acesso e à utilização do Poder Judiciário pelos entrevistados, um dado importante a ser observado é a quantidade de pessoas que já consultou um advogado (pessoalmente ou alguém residente no mesmo domicílio).

No segundo trimestre de 2011, 67% dos entrevistados disseram que eles ou alguém residente em seu domicílio já consultaram um advogado. Como era de se esperar, o acesso a estes profissionais é maior quanto maior for a renda e quanto mais alto for o grau de escolaridade da população.

Com relação ao tipo de advogado consultado, 96% afirmaram que tiveram acesso a profissionais particulares. E somente 4% consultaram a Defensoria Pública. Esses resultados são muito diferentes dos dados do trimestre anterior, pois naquele período 24% haviam acessado a Defensoria Pública.

: **VER GRÁFICO 16** [pp. 32]

A partir do quarto trimestre de 2010, perguntamos aos entrevistados se eles ou se alguém residente em seu domicílio já foram demandados em algum processo judicial. Do total de entrevistados, cerca de 10% declararam que sim. Assim como no trimestre anterior, os entrevistados com maior renda e com maior grau de escolaridade são os que em maior quantidade afirmam já terem sido demandados em processos judiciais.

: **VER GRÁFICO 17** [pp. 33]

## **JUDICIÁRIO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS**

Além de mensurar a utilização do Poder Judiciário, o levantamento procurou identificar a expressão de algumas situações de conflito possíveis de serem vivenciadas

pela população, tais como conflitos decorrentes de relação de trabalho (perda do emprego sem pagamento de indenização devida), conflitos envolvendo relação de consumo (cobrança indevida) e acidente de trânsito.

O resultado indica que 27% dos entrevistados já receberam uma cobrança indevida, 17% vivenciaram conflitos trabalhistas e 11% já se envolveram em acidente de trânsito. Desse total, 52% procuraram a Justiça para resolver a questão.

Quem mais procurou a Justiça ao se deparar com estes tipos de conflitos foram os entrevistados com maior grau de escolaridade, os mais jovens e os que residem na capital.

: **VER GRÁFICO 18** [pp. 33]

Para aqueles que não acionaram o Judiciário para solucionar esses tipos de conflitos, o argumento mais freqüente está relacionado aos aspectos da administração da justiça, visto que 62% dos entrevistados que enfrentaram algum dos conflitos indicados acima e não procuraram o Judiciário, não o fizeram por julgarem que a resolução do problema demoraria muito, que seria caro ou porque não confiavam no Judiciário para a solução dos conflitos. Outros 12% declararam que não ingressaram no Judiciário por falta de argumentos.

: **VER GRÁFICO 19** [pp. 34]

Ao final do conjunto de questões sobre o Judiciário e a resolução de conflitos, perguntamos aos entrevistados se, na hipótese de enfrentarem algum tipo de conflito que pudesse ser resolvido na Justiça, eles aceitariam tentar um acordo reconhecido pelo Judiciário, mas decidido por outra pessoa que não um juiz. Assim como no trimestre anterior, a maioria dos entrevistados respondeu positivamente, visto que 66% dos entrevistados afirmaram que aceitariam procurar solucionar o seu conflito por meios alternativos. Quem mais se mostrou disposto a realizar acordos extrajudiciais foram os entrevistados com maior renda e maior grau de escolaridade.

: **VER GRÁFICO 20** [pp. 34]

## **PROCON**

Além dos mecanismos alternativos de resolução de conflitos em geral, há uma instância administrativa para a solução de conflitos relativos ao direito do consumidor:

é a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor ou PROCON. Essa instituição é conhecida da quase totalidade dos entrevistados (96%).

: [VER GRÁFICO 21 \[pp. 35\]](#)

Apesar de bastante conhecido, o PROCON não é muito utilizado – apenas 18% dos entrevistados declararam já ter utilizado seus serviços. Quanto mais alta a escolaridade e maior a renda, maior a sua utilização. Os moradores das capitais e regiões metropolitanas também utilizam mais o serviço do que os moradores do interior.

: [VER GRÁFICO 22 \[pp. 35\]](#)

A maioria dos entrevistados que utilizaram o PROCON (67%) declarou ter conseguido solucionar o seu problema por meio desta instituição. E a avaliação do serviço recebido é extremamente positiva, uma vez que cerca de 88% dos usuários entrevistados declararam estar satisfeitos com os serviços prestados pelo PROCON.

: [VER GRÁFICO 23 \[pp. 36\]](#)

## **PERCEPÇÃO SOBRE A JUSTIÇA CRIMINAL**

No segundo trimestre de 2011, buscamos identificar como os entrevistados avaliam a Justiça Criminal.

Em termos de celeridade, a população percebe a Justiça Criminal como menos morosa do que o Judiciário em geral. Para 54% dos entrevistados o desempenho da Justiça criminal é regular, 21% avalia como bom o seu desempenho, e os outros 25% o consideram ruim.

As pessoas de maior renda e com maior grau de escolaridade são um pouco mais críticas quanto à atuação dos tribunais na área criminal e do Judiciário em geral se comparadas aos entrevistados de menor renda e escolaridade.

: [VER GRÁFICO 24 \[pp. 36\]](#)

Perguntamos aos entrevistados também qual é a sua avaliação sobre a severidade das condenações. Para 74% dos entrevistados as condenações proferidas pelos tribunais criminais não são severas o suficiente para punir os condenados. Apenas 5% consideraram que as condenações são muito severas e 21% entenderam que as condenações possuem um grau adequado de severidade.

Ressalte-se que a percepção acerca da severidade das *condenações* refere-se à resposta da Justiça Criminal quando já foi proferida decisão condenatória, ou seja, trata-se da severidade da resposta ao crime, compreendida como sanção.

: [VER GRÁFICO 25 \[pp. 37\]](#)

Os entrevistados também foram questionados acerca da sensação de impunidade. A grande maioria dos entrevistados (83%) respondeu que há muita ou alguma impunidade na Justiça Criminal brasileira. Apenas 14% dos entrevistados avaliam que não há impunidade no país. No que diz respeito ao perfil dos entrevistados, verifica-se que quanto maior a escolaridade e a renda, maior a percepção de impunidade.

: [VER GRÁFICO 26 \[pp. 37\]](#)

A percepção da população sobre a impunidade deriva de uma ampla gama de fatores e não se pode ignorar que há certa dificuldade em distingui-los, uma vez que a impunidade pode ser entendida de diversas maneiras, como por exemplo a existência de “culpados” que foram absolvidos; os casos em que os réus estão aguardando o trânsito em julgado da sentença condenatória em liberdade; os casos em que os condenados cumpriram pena considerada insuficiente pela maioria da população; dentre outras.

Quando pedimos aos entrevistados para indicarem qual seria a principal causa da impunidade, as respostas mais citadas foram: leis penas muito leves e corrupção na polícia. A morosidade da Justiça ficou em terceiro lugar e é criticada com mais intensidade pelas pessoas de escolaridade e renda mais altas. Em quarto lugar, foi apontado como principal causa da impunidade o fato de os juízes absolverem muito.

: [VER GRÁFICO 27 \[pp. 38\]](#)

Na medida em que as principais causas da impunidade, segundo a percepção dos entrevistados, dizem respeito à *inefetividade da legislação criminal*; à *corrupção da polícia*, à *morosidade* e à *leniência do Judiciário*, constata-se que prevalece a percepção de que a impunidade é resultado tanto de falhas na legislação penal, quanto de problemas nas instituições policiais e judiciais.

No segundo trimestre de 2011, avaliamos também a percepção quanto ao tratamento dado às pessoas pelo sistema de Justiça Criminal. Para tanto, questionamos

os entrevistados sobre o quanto eles concordavam com a afirmação de que “se uma pessoa pobre e uma rica cometerem o mesmo crime, a rica terá uma pena mais leve que a pobre”. Com essa questão, procuramos identificar se os entrevistados consideram que a Justiça Criminal trata as pessoas de forma isonômica, independentemente do seu status socioeconômico. Para 62% dos entrevistados os mais ricos são beneficiados pela Justiça Criminal, enquanto os mais pobres seriam prejudicados por esse sistema judicial. Tal percepção é ainda mais acentuada entre a população de renda e escolaridade mais baixas.

: **VER GRÁFICO 28** [pp. 38]

Perguntamos ainda o quanto os entrevistados concordam com a afirmação de que “a existência de penas alternativas faz com que aumente a impunidade no Brasil”. Para 64% dos respondentes a existência de penas alternativas é um fator que contribui para o aumento da impunidade. É interessante destacar que, embora a maioria tenha concordado com a aludida afirmação, um número relevante de entrevistados (33%) discordou do enunciado.

Essas respostas indicam que a impunidade pode ser percebida mesmo em casos em que há condenação, aplicação e execução de pena. Nesse caso, a impunidade não é revelada na persecução criminal, mas sim nas leis que permitem, em determinados casos, a substituição da pena de prisão por penas alternativas, conforme previsto no art. 44 do Código Penal.

: **VER GRÁFICO 29** [pp. 39]

Além disso, perguntamos aos entrevistados o quanto concordavam com a afirmação de que a possibilidade de conciliação entre réu e vítima faz com que aumente a impunidade no Brasil. 56% deles concordaram com a afirmação, indicando que pode haver uma relação de causalidade entre a possibilidade de realizar conciliação e impunidade. As pessoas com maior grau de escolaridade e renda tendem a discordar dessa relação de causalidade, uma vez que não consideram a conciliação na esfera criminal como elemento capaz de gerar mais impunidade no país.

É importante notar que, assim como no caso das penas alternativas, a impunidade está relacionada à resposta expressamente prevista em lei (Lei Federal nº. 9.099/95) e não à falta de aplicação da pena ou de leniência do Judiciário na interpretação da lei.

: **VER GRÁFICO 30** [pp. 39]



**STF E A DECISÃO SOBRE A LEI DA FICHA LIMPA**

Da mesma forma como já aconteceu em outras ondas do *ICJBrasil*, com o intuito de avaliar a percepção da população acerca do Supremo Tribunal Federal (STF), em casos recentes e de repercussão, perguntamos aos entrevistados se eles acompanharam a decisão do STF proferida no caso da lei da ficha limpa, determinando que ela não fosse aplicada nas últimas eleições. 89% dos entrevistados responderam positivamente à questão, sendo que destes, 52% disseram que concordavam com a determinação do STF; enquanto 11% discordavam ou concordavam pouco com essa decisão. Uma quantidade significativa dos entrevistados, porém afirmou que não sabiam avaliar se a decisão do STF era ou não adequada (37%).

Dentre os entrevistados que concordaram com a decisão do STF sobre a não aplicação da lei da ficha limpa nas eleições do ano passado estão os mais jovens, com maior renda e com maior grau de escolaridade.

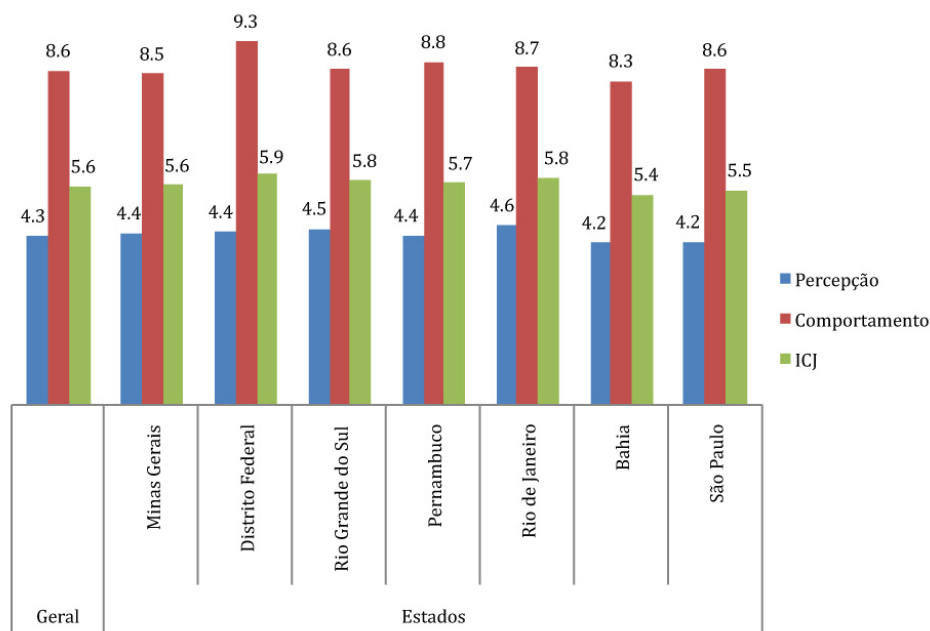
: **VER GRÁFICO 31** [pp. 40]



**GRÁFICO 01:**

[\[voltar ao texto\]](#)

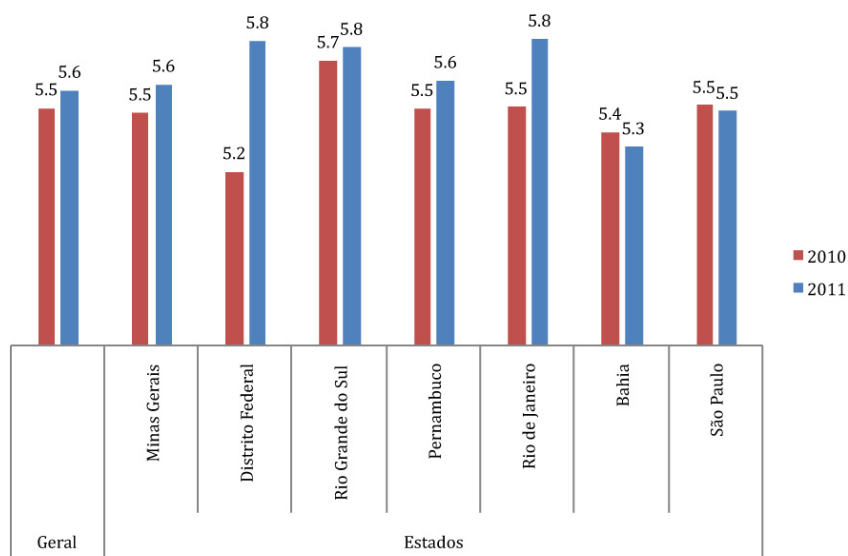
ICJBRASIL, ESTADOS - 2º TRIMESTRE/2011



**GRÁFICO 02:**

[\[voltar ao texto\]](#)

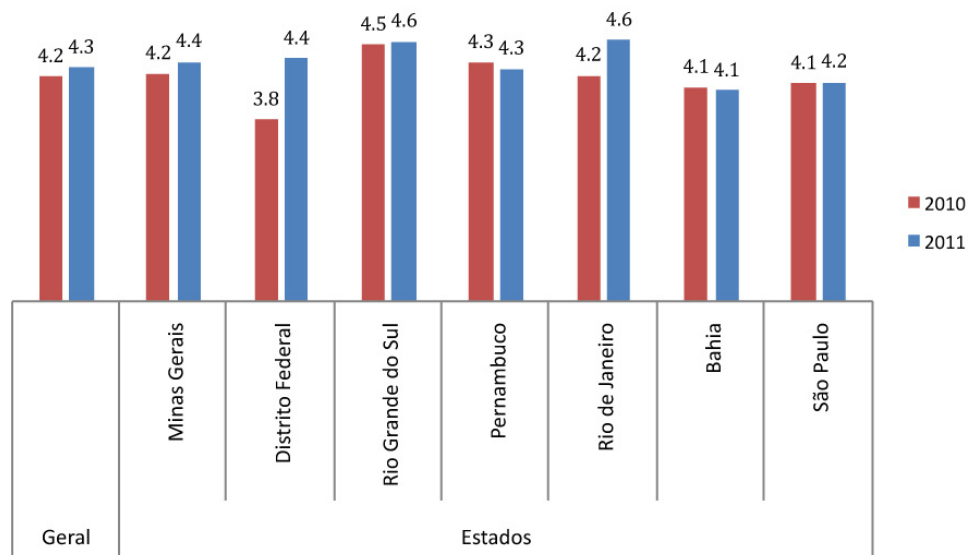
COMPARAÇÃO ENTRE OS ÍNDICES DE CONFIANÇA NA JUSTIÇA - 2º TRIMESTRE/2010 E 2º TRIMESTRE/2011



### GRÁFICO 03:

[\[voltar ao texto\]](#)

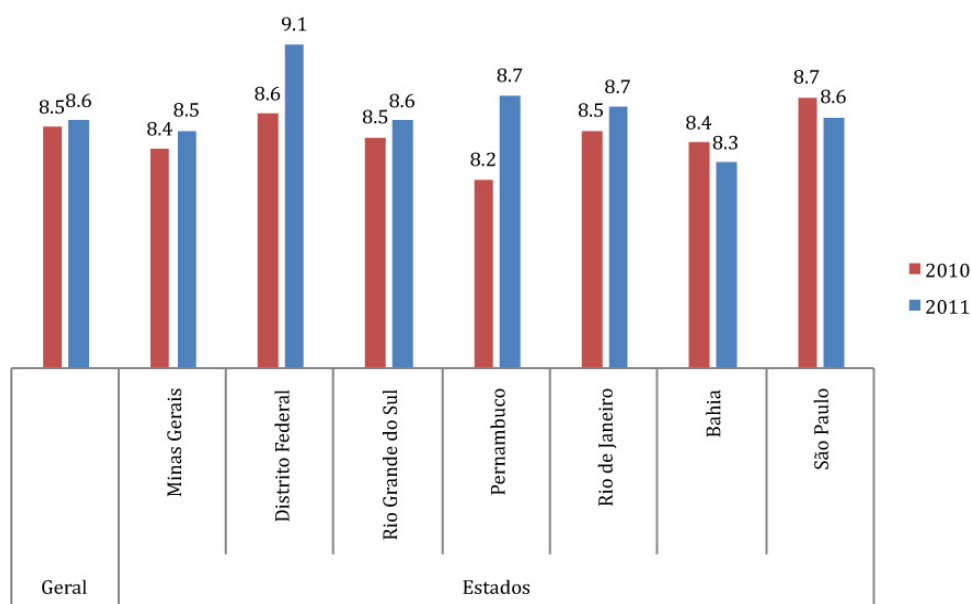
COMPARAÇÃO ENTRE OS SUBÍNDICES DE PERCEPÇÃO - 2º TRIMESTRE/2010  
E 2º TRIMESTRE/2011



### GRÁFICO 04:

[\[voltar ao texto\]](#)

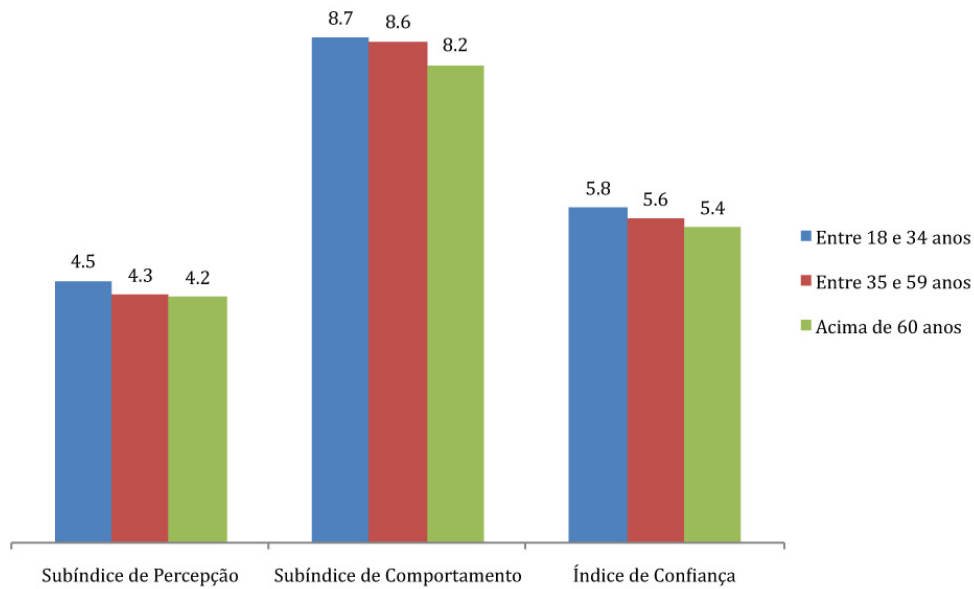
COMPARAÇÃO ENTRE OS SUBÍNDICES DE COMPORTAMENTO - 2º TRIMESTRE/2010  
E 2º TRIMESTRE/2011



**GRÁFICO 05:**

[\[voltar ao texto\]](#)

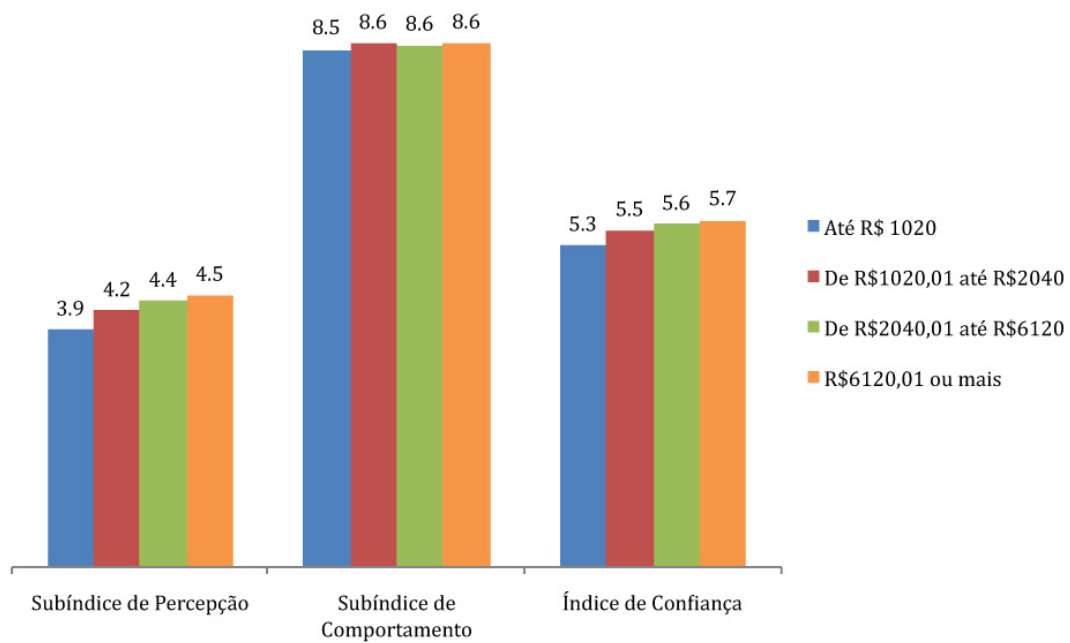
ICJBRASIL, IDADE - 2º TRIMESTRE/2011



**GRÁFICO 06:**

[\[voltar ao texto\]](#)

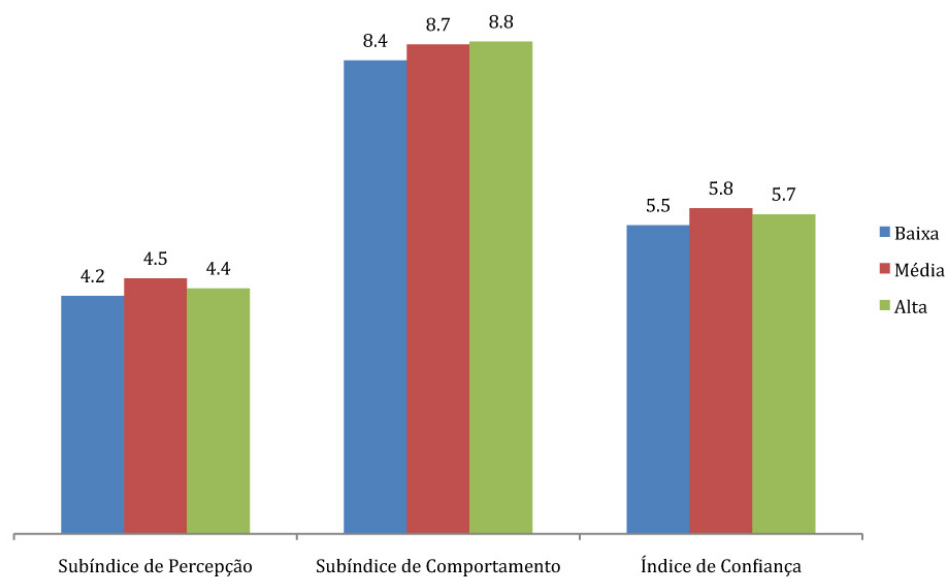
ICJBRASIL, RENDA - 2º TRIMESTRE/2011



**GRÁFICO 07:**

[\[voltar ao texto\]](#)

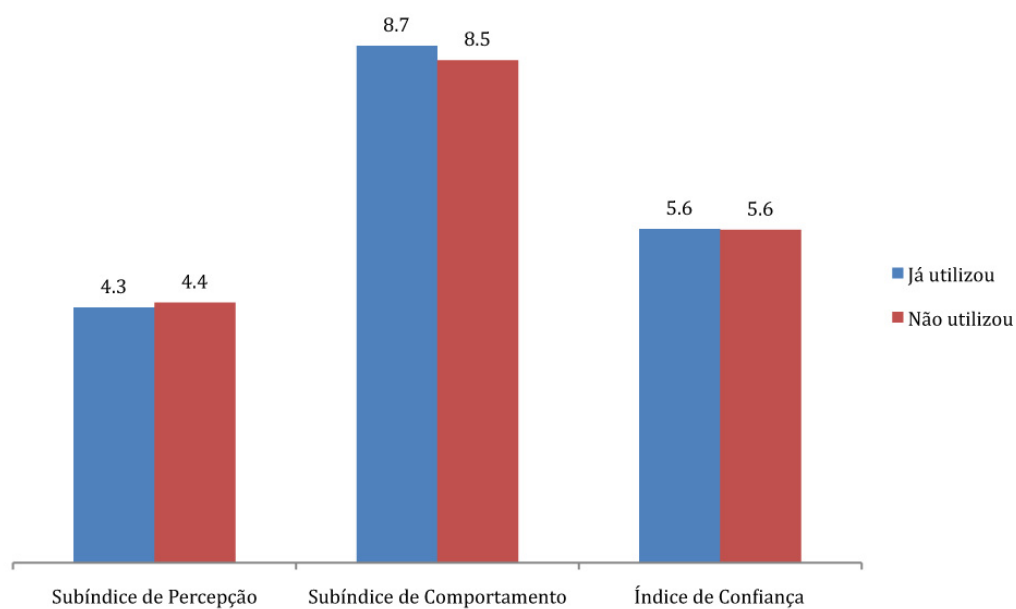
ICJBRASIL, ESCOLARIDADE - 2º TRIMESTRE/2011



**GRÁFICO 08:**

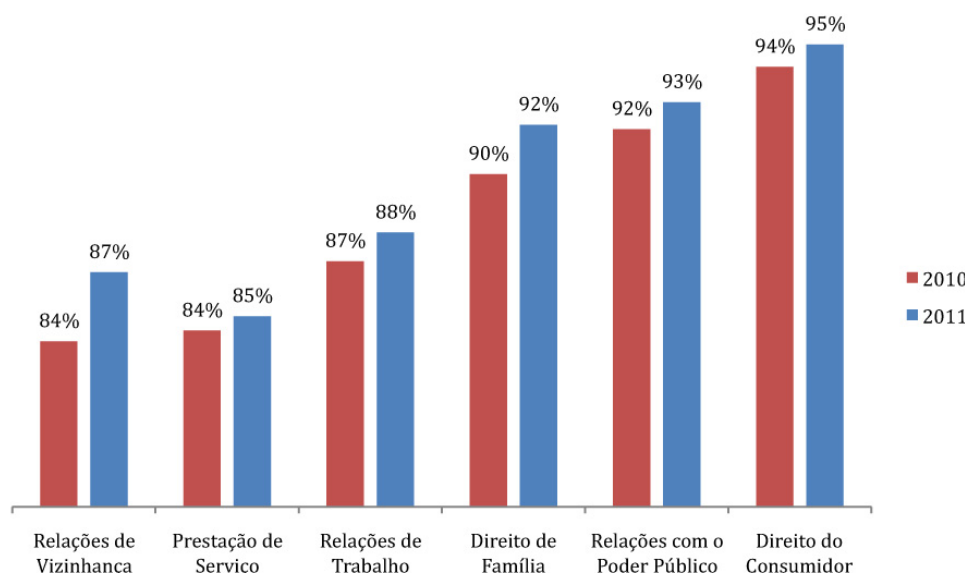
[\[voltar ao texto\]](#)

ICJBRASIL, PARTICIPAÇÃO EM PROCESSO JUDICIAL - 2º TRIMESTRE/2011

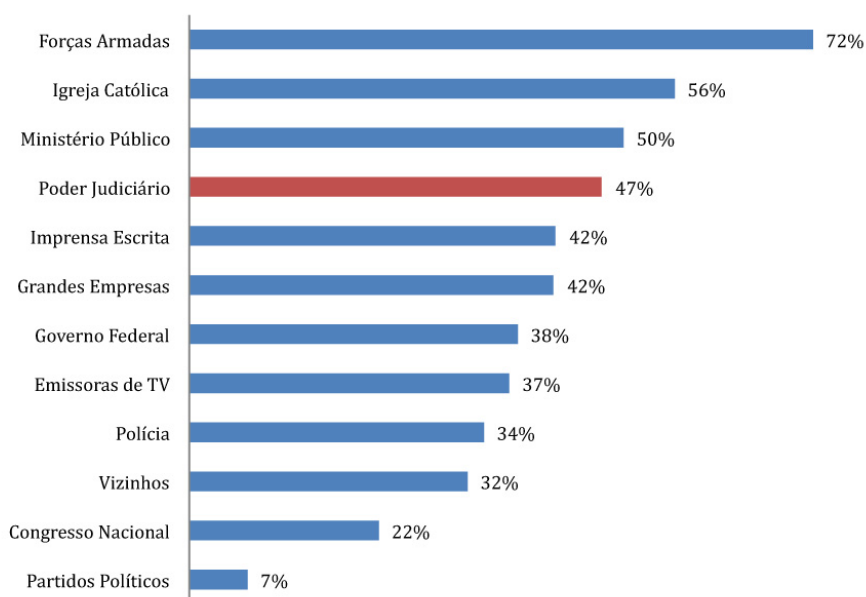


**GRÁFICO 09:**[\[voltar ao texto\]](#)

COMPARAÇÃO ENTRE O PERCENTUAL DE ENTREVISTADOS QUE AFIRMARAM QUE UTILIZARIAM O JUDICIÁRIO, POR TIPO DE CONFLITO - 2º TRIMESTRE/2010 E 2º TRIMESTRE/2011

**GRÁFICO 10:**[\[voltar ao texto\]](#)

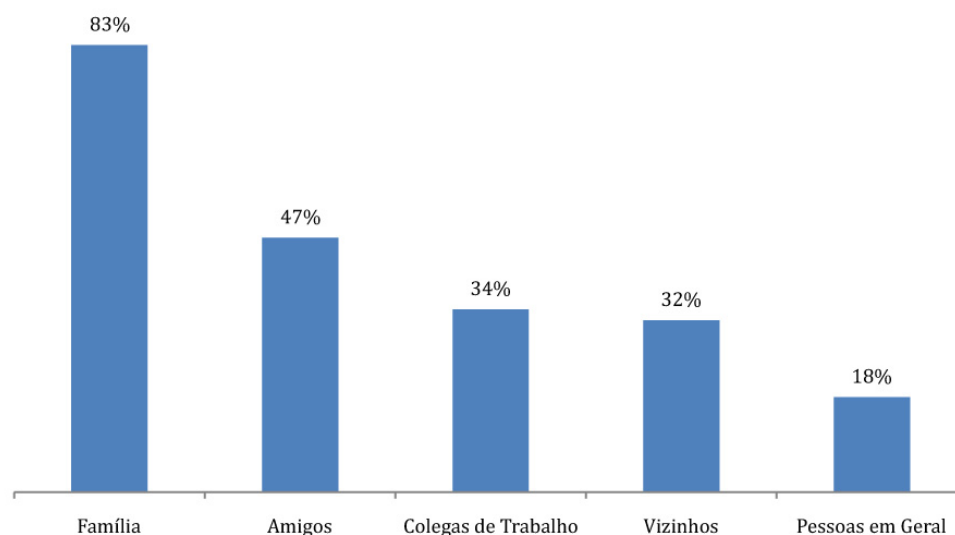
CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES<sup>[5]</sup> - 2º TRIMESTRE/2011



### GRÁFICO 11:

[\[voltar ao texto\]](#)

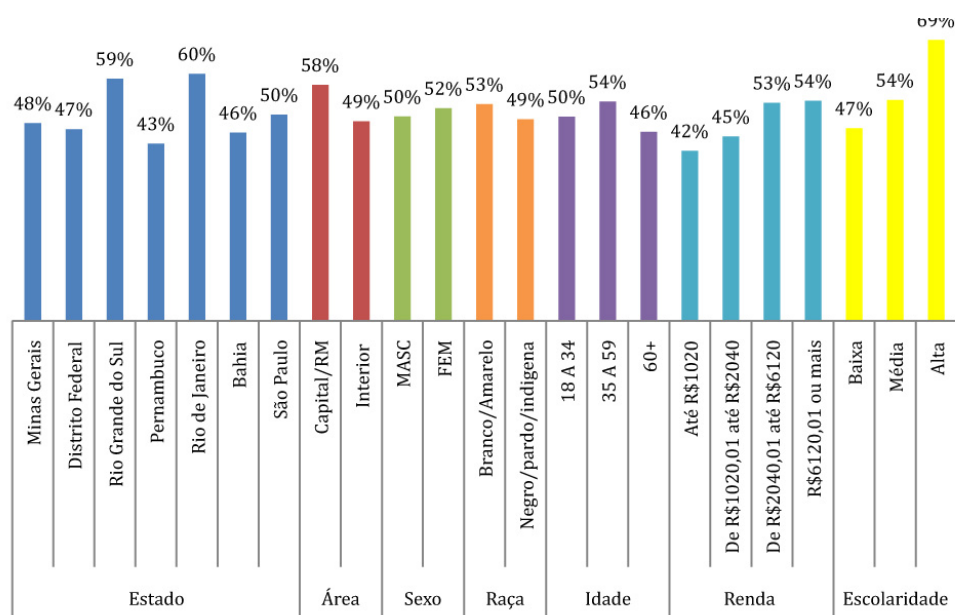
CONFIANÇA INTERPESSOAL<sup>[6]</sup> - 2º TRIMESTRE/2011



### GRÁFICO 12:

[\[voltar ao texto\]](#)

PERCENTUAL DE ENTREVISTADOS QUE DECLARAM JÁ TER ENTRADO COM ALGUM PROCESSO OU AÇÃO NA JUSTIÇA (PESSOALMENTE OU ALGUÉM RESIDENTE EM SEU DOMICÍLIO) - 2º TRIMESTRE/2011



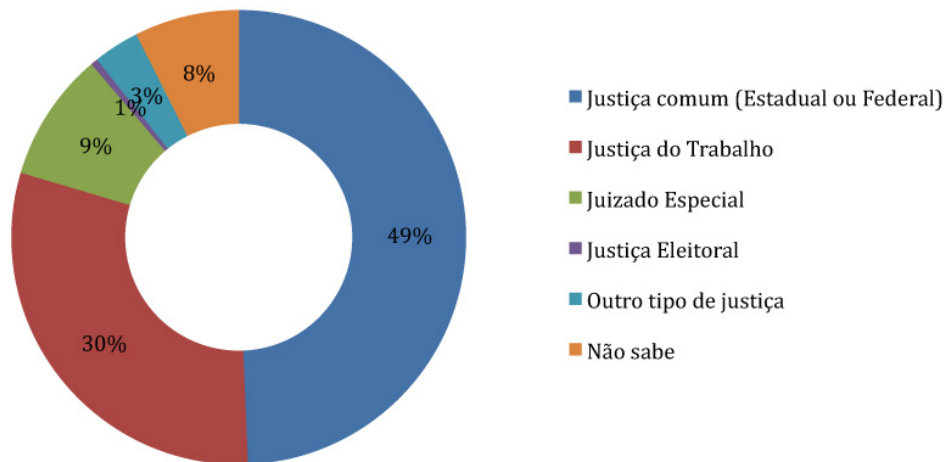


**GRÁFICO 13:**

[\[voltar ao texto\]](#)

ÓRGÃOS DO JUDICIÁRIO QUE FORAM UTILIZADOS PELOS ENTREVISTADOS - 2º

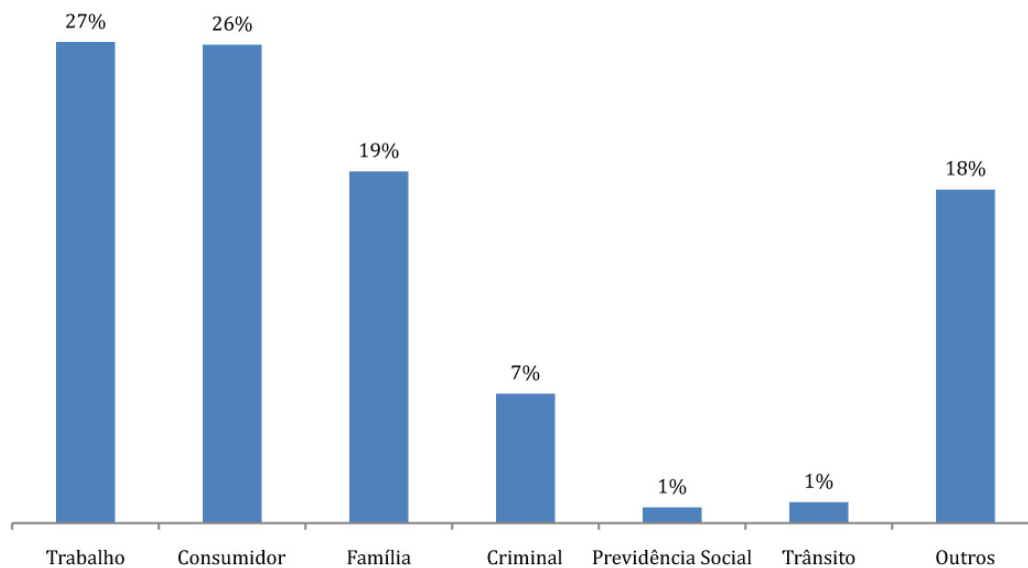
TRIMESTRE/2011



**GRÁFICO 14:**

[\[voltar ao texto\]](#)

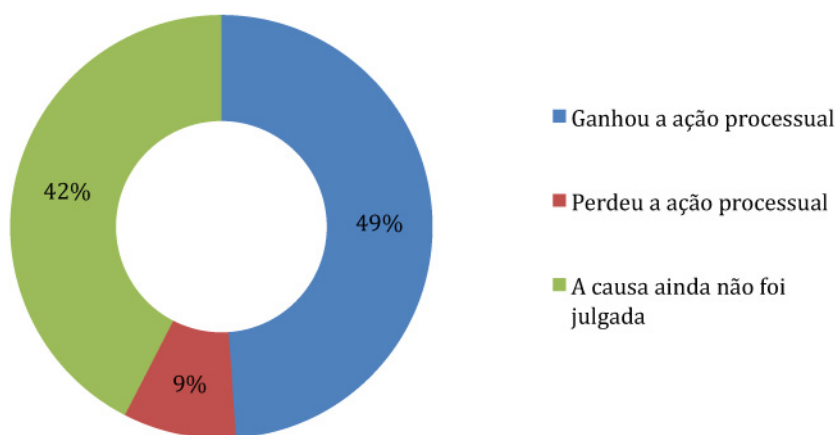
MOTIVOS PARA TER UTILIZADO O PODER JUDICIÁRIO - 2º TRIMESTRE/2011



### GRÁFICO 15:

[\[voltar ao texto\]](#)

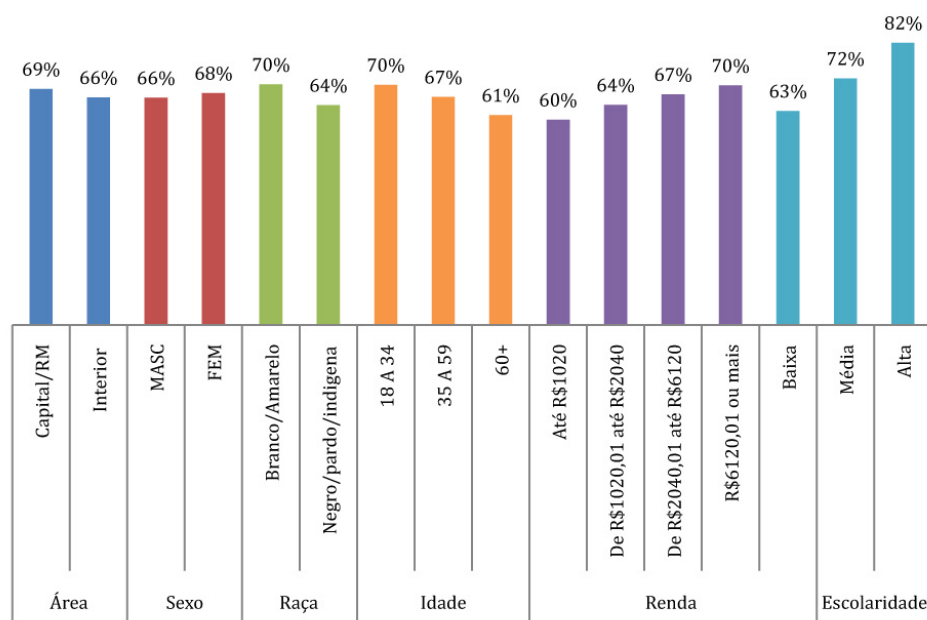
RESULTADO DO CASO LEVADO AO PODER JUDICIÁRIO - 2º TRIMESTRE/2011



### GRÁFICO 16:

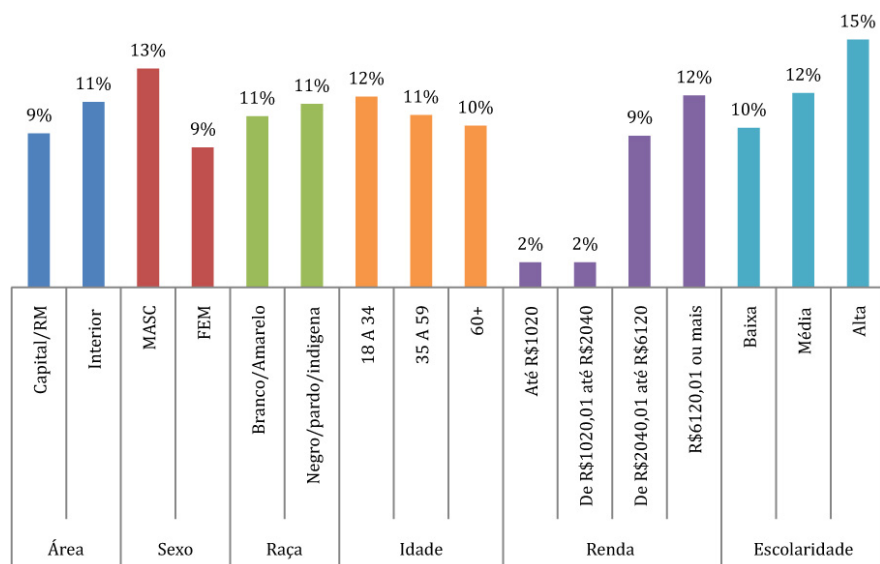
[\[voltar ao texto\]](#)

PERCENTUAL DE ENTREVISTADOS QUE JÁ CONSULTOU UM ADVOGADO (PESSOALMENTE OU ALGUÉM RESIDENTE EM SEU DOMICÍLIO) - 2º TRIMESTRE/2011

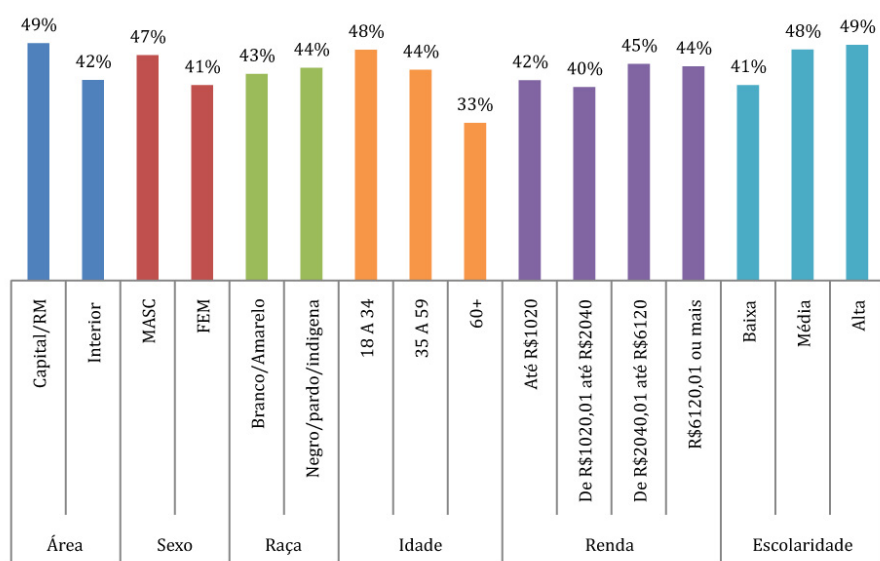


**GRÁFICO 17:**[\[voltar ao texto\]](#)

PERCENTUAL DE ENTREVISTADOS QUE DECLAROU JÁ TER SIDO DEMANDADO EM  
 UMA AÇÃO JUDICIAL (PESSOALMENTE OU ALGUÉM RESIDENTE EM SEU DOMICÍLIO)  
 - 2º TRIMESTRE/2011

**GRÁFICO 18:**[\[voltar ao texto\]](#)

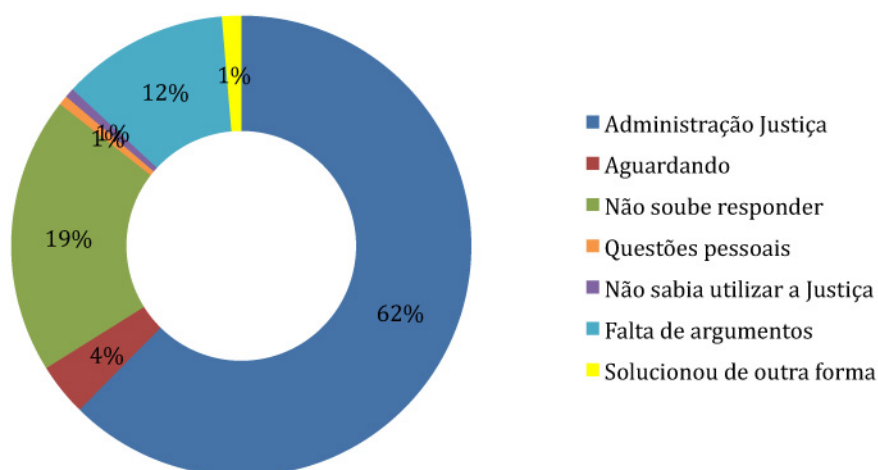
PERFIL DOS ENTREVISTADOS QUE PROCURARAM O JUDICIÁRIO EM CONFLITOS  
 ENVOLVENDO DIREITO DO TRABALHO, CONSUMIDOR E ACIDENTE DE TRÂNSITO  
 - 2º TRIMESTRE/2011



### GRÁFICO 19:

[\[voltar ao texto\]](#)

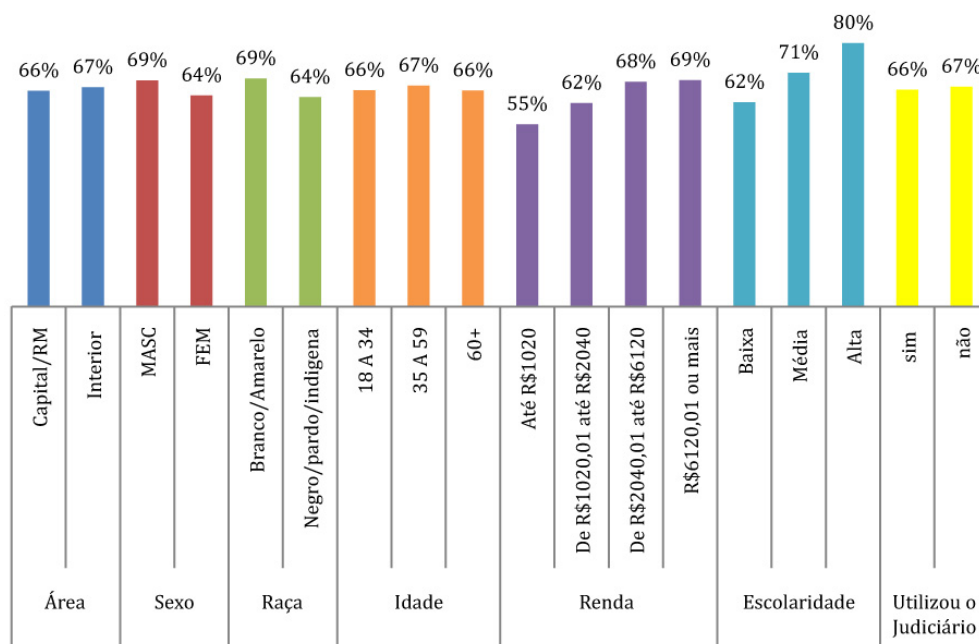
MOTIVAÇÃO DOS QUE NÃO PROCURARAM O JUDICIÁRIO EM CONFLITOS ENVOLVENDO DIREITO DO TRABALHO, CONSUMIDOR E ACIDENTE DE TRÂNSITO - 2º TRIMESTRE/2011



### GRÁFICO 20:

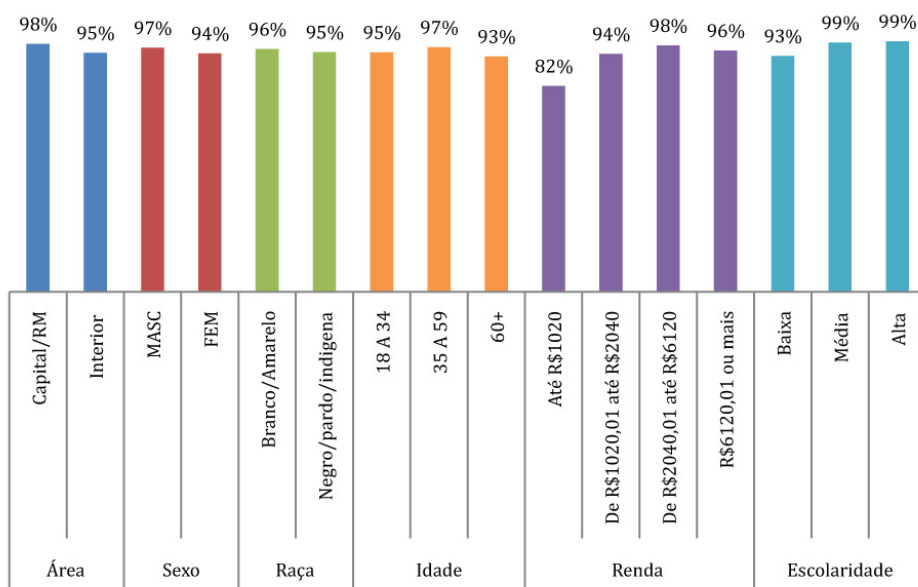
[\[voltar ao texto\]](#)

PERCENTUAL DE ENTREVISTADOS QUE DECLARAM QUE ACEITARIAM UTILIZAR MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS - 2º TRIMESTRE/2011

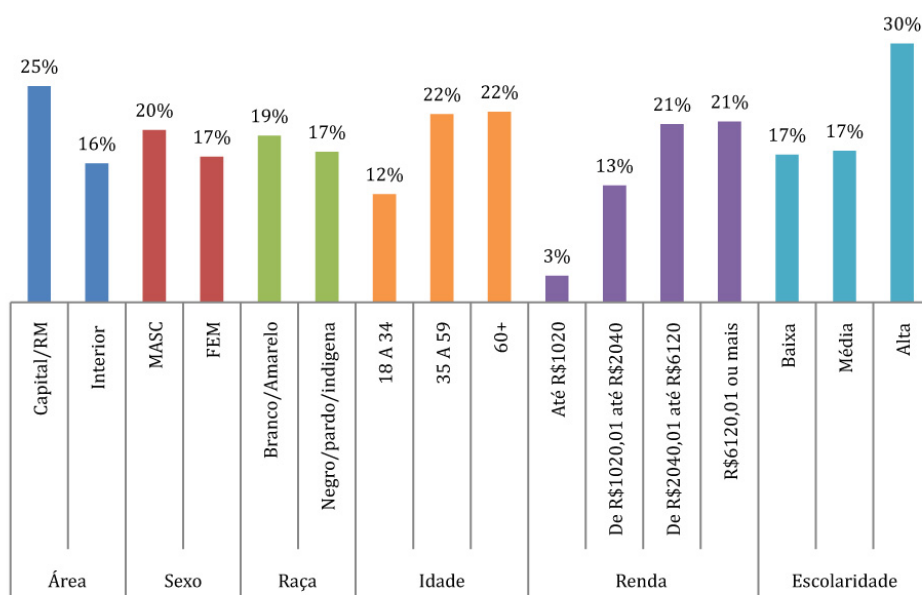


**GRÁFICO 21:**[\[voltar ao texto\]](#)

PERCENTUAL DE ENTREVISTADOS QUE DECLARAM QUE CONHECEM OU JÁ OUVIRAM  
FALAR DO PROCON - 2º TRIMESTRE/2011

**GRÁFICO 22:**[\[voltar ao texto\]](#)

PERCENTUAL DE ENTREVISTADOS QUE JÁ UTILIZARAM OS SERVIÇOS DO PROCON  
- 2º TRIMESTRE/2011

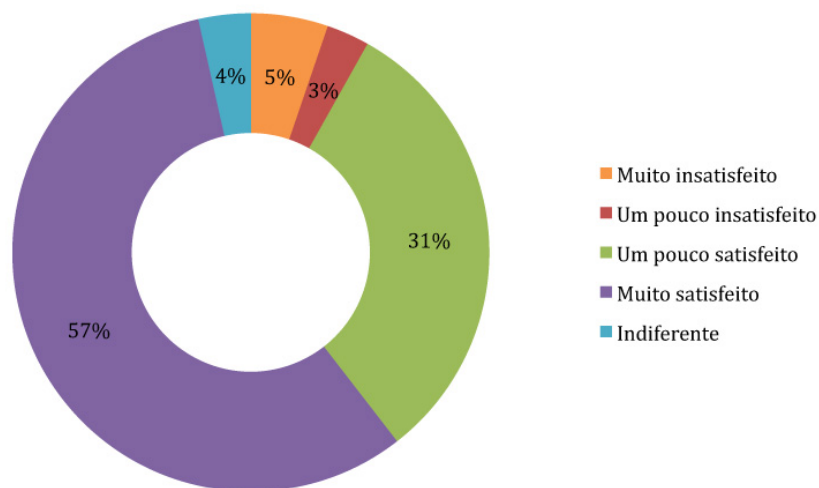


### GRÁFICO 23:

[\[voltar ao texto\]](#)

GRAU DE SATISFAÇÃO COM O SERVIÇO PRESTADO PELO PROCON

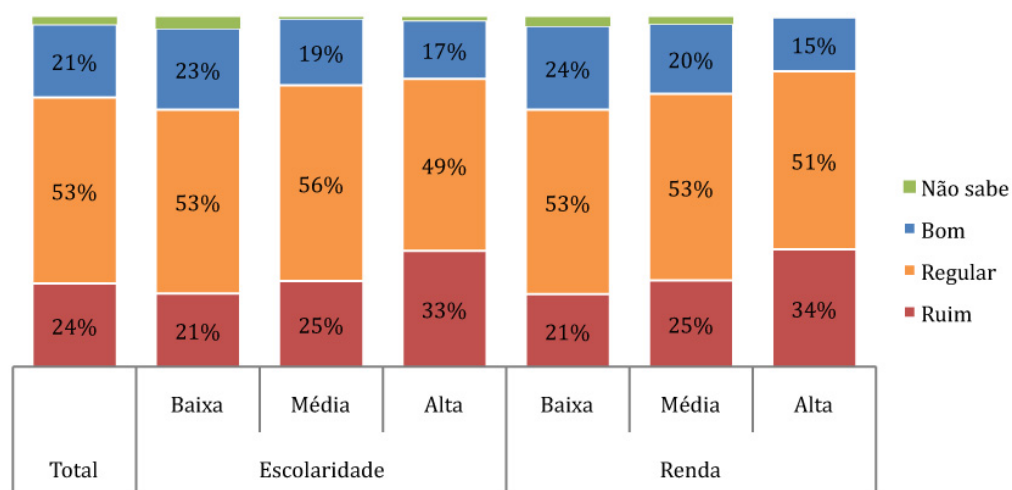
- 2º TRIMESTRE/2011



### GRÁFICO 24:

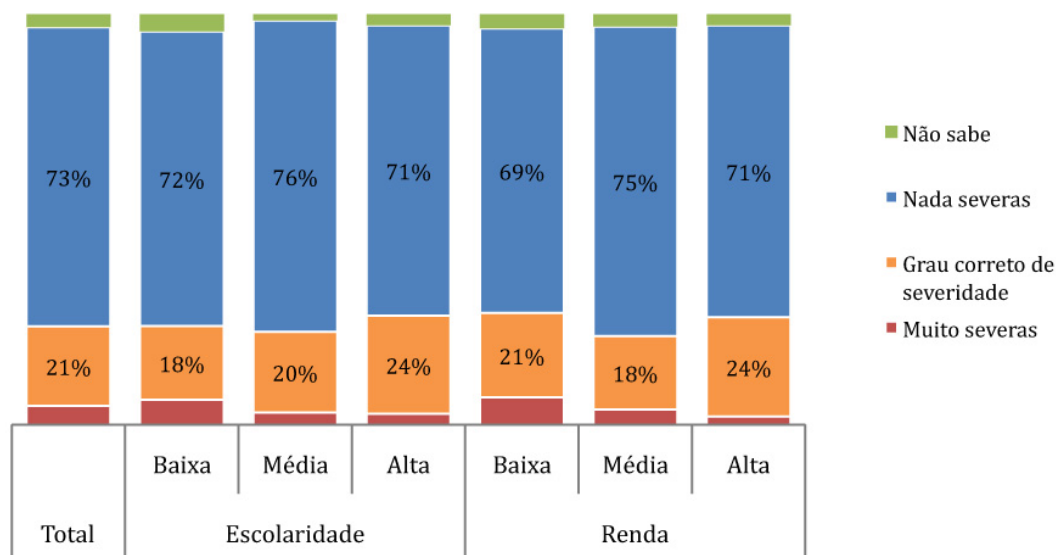
[\[voltar ao texto\]](#)

AValiação do DESEMPENHO DOS TRIBUNAIS NA ÁREA CRIMINAL, DE ACORDO COM ESCOLARIDADE E RENDA

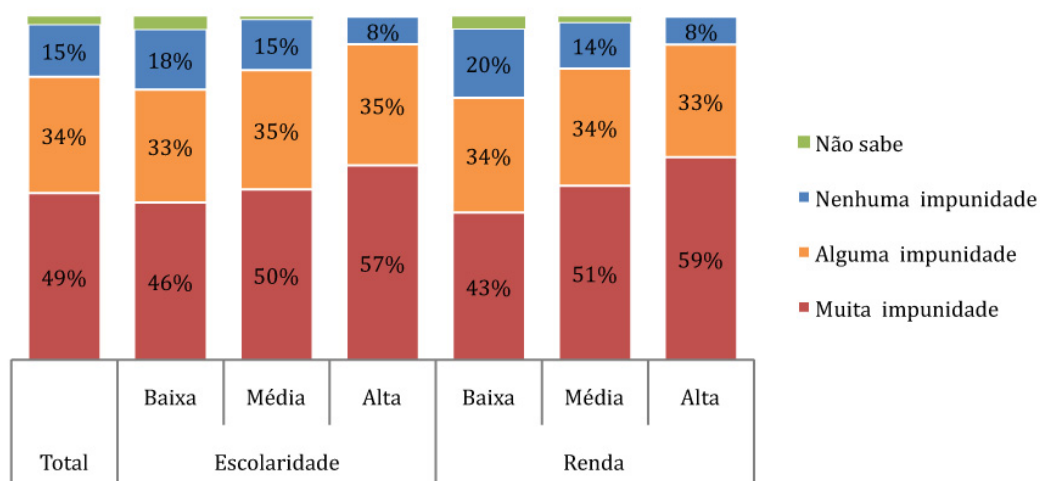


**GRÁFICO 25:**[\[voltar ao texto\]](#)

AValiação DO GRAU DE SEVERIDADE DAS PENAS APLICADAS PELOS TRIBUNAIS, DE ACORDO COM ESCOLARIDADE E RENDA

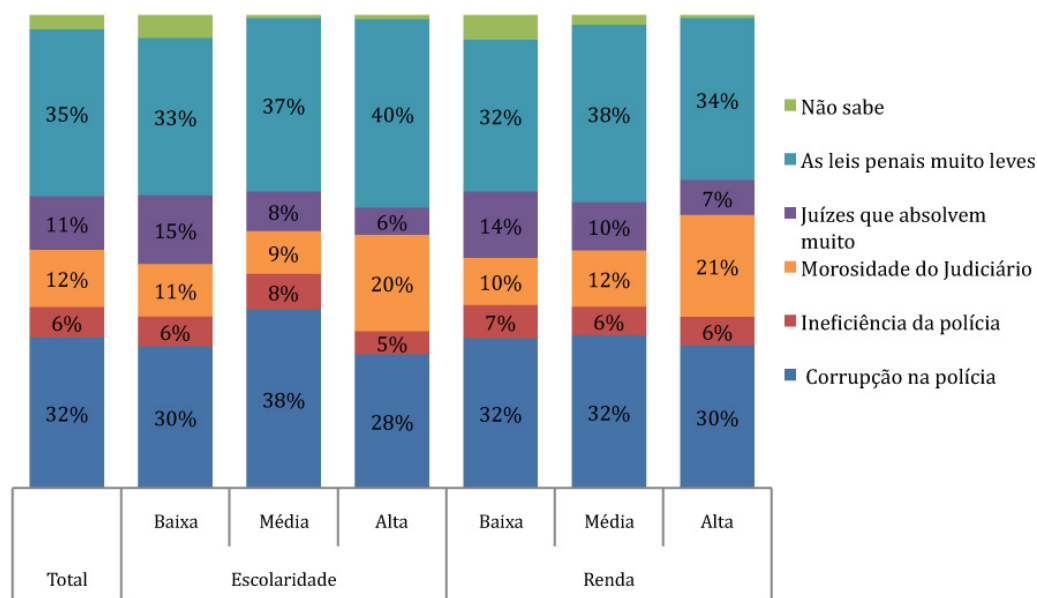
**GRÁFICO 26:**[\[voltar ao texto\]](#)

AValiação DO GRAU DE IMPUNIDADE PENSANDO NA JUSTIÇA CRIMINAL NO BRASIL, DE ACORDO COM ESCOLARIDADE E RENDA

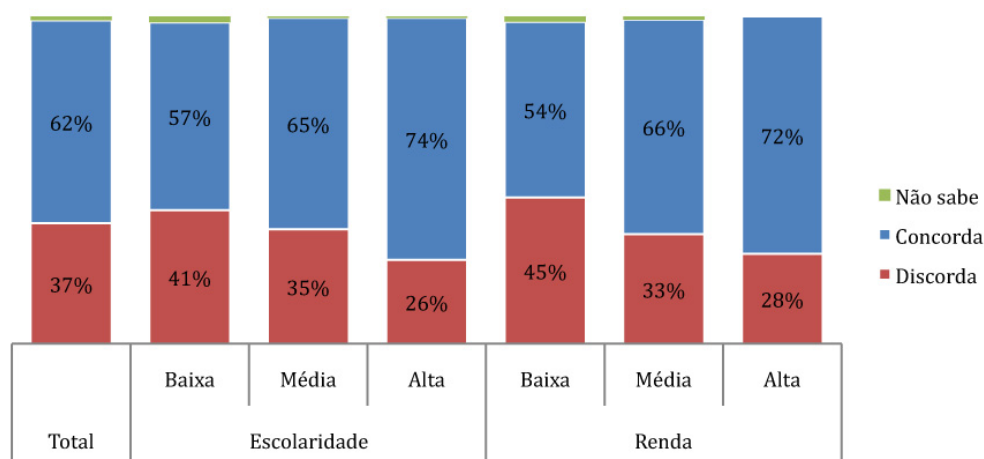


**GRÁFICO 27:**[\[voltar ao texto\]](#)

PRINCIPAIS CAUSAS DA IMPUNIDADE NO BRASIL APONTADAS PELOS ENTREVISTADOS, DE ACORDO COM ESCOLARIDADE E RENDA

**GRÁFICO 28:**[\[voltar ao texto\]](#)

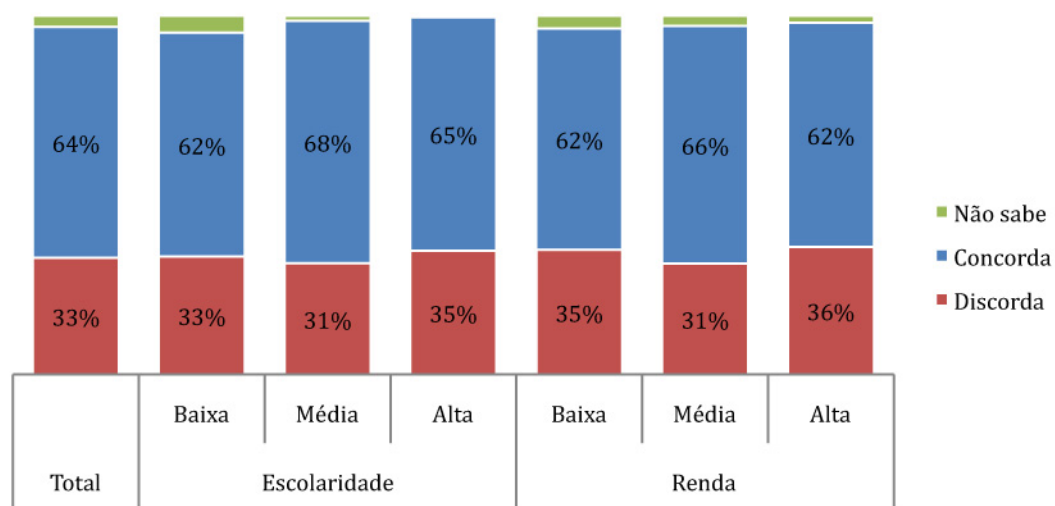
GRAU DE CONCORDÂNCIA DOS ENTREVISTADOS COM A AFIRMAÇÃO "SE UMA PESSOA POBRE E UMA RICA COMETEREM O MESMO CRIME, A RICA TERÁ UMA PENA MAIS LEVE QUE A POBRE", DE ACORDO ESCOLARIDADE E RENDA



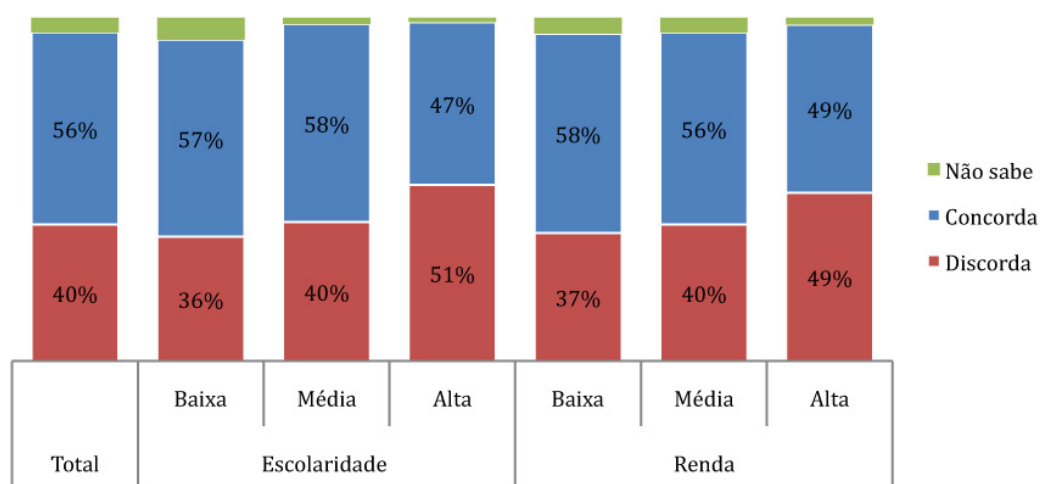


**GRÁFICO 29:**[\[voltar ao texto\]](#)

GRAU DE CONCORDÂNCIA DOS ENTREVISTADOS COM A AFIRMAÇÃO "A EXISTÊNCIA DE PENAS ALTERNATIVAS FAZ COM QUE AUMENTE A IMPUNIDADE NO BRASIL", DE ACORDO COM ESCOLARIDADE E RENDA

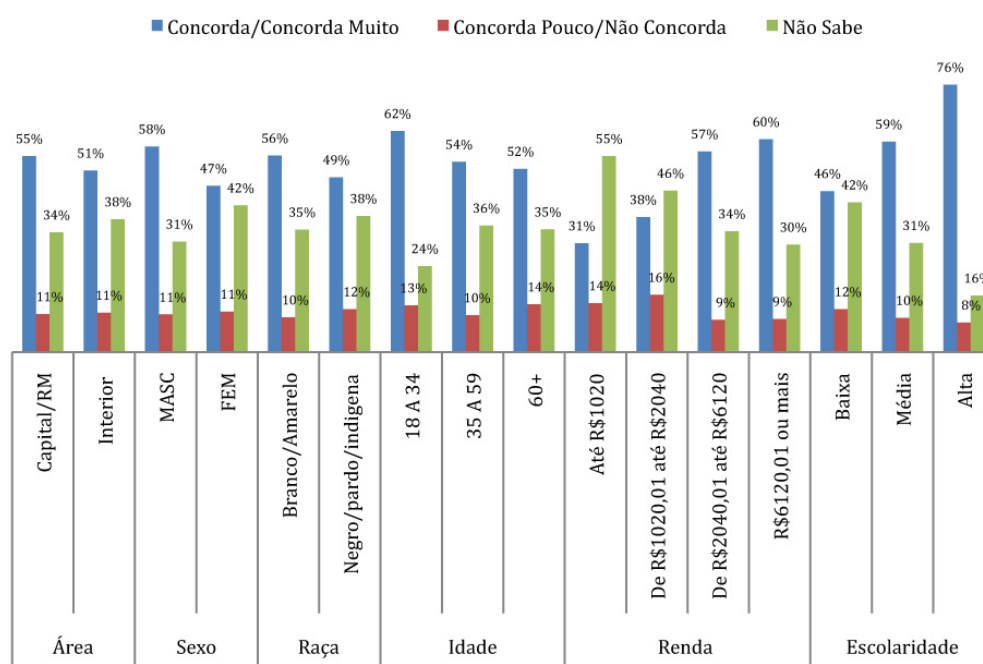
**GRÁFICO 30:**[\[voltar ao texto\]](#)

GRAU DE CONCORDÂNCIA DOS ENTREVISTADOS COM A AFIRMAÇÃO "A POSSIBILIDADE DE CONCILIAÇÃO ENTRE RÉU E VÍTIMA, AO INVÉS DA PENA, FAZ COM QUE AUMENTE A IMPUNIDADE NO BRASIL", DE ACORDO COM ESCOLARIDADE E RENDA



**GRÁFICO 31:**[\[voltar ao texto\]](#)

PERFIL DOS ENTREVISTADOS QUE AVALIARAM A DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SOBRE A NÃO APLICAÇÃO DA LEI DA FICHA LIMPA PARA NAS ÚLTIMAS ELEIÇÕES

**NOTAS**[\[clique na nota para voltar ao texto\]](#)

[1] Emenda Constitucional nº 45, publicada em 31 de dezembro de 2004.

[2] *Justiça em Números*, disponível em <http://www.cnj.jus.br/>.

[3] Essas situações tratam de questões envolvendo direito do trabalho, direito do consumidor e acidente de trânsito.

[4] Conforme Quadro 1, constante da p. XX deste Relatório.

[5] Percentual de entrevistados que disseram confiar ou confiar muito nas instituições.

[6] Percentual de entrevistados que disseram confiar ou confiar muito nas categorias de pessoas.

## **EQUIPE**

**Luciana Gross Cunha**

Coordenadora do *ICJBrasil*, DIREITO GV

**Rodrigo De Losso Silveira Bueno**

FEA/USP

**Fabiana Luci de Oliveira**

DIREITO RIO/FGV

**Luciana de Oliveira Ramos**

DIREITO GV

**João Marcos Bastos Vilar Garcia**

FEA/USP



**DIREITOGV**  
ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO

RUA ROCHA, 233  
SÃO PAULO SP BRASIL  
TEL (11) 3799.2233  
(11) 3799.2231

[WWW.FGV.BR/DIREITOGV](http://WWW.FGV.BR/DIREITOGV)